

Homenagem ao Professor António Simões Lopes

António Simões Lopes: O Cientista Regional e o Humanista

António Simões Lopes: The Regional Scientist and the Humanitarian

José da Silva Costa

jcosta@fep.up.pt

Faculdade de Economia, Universidade do Porto

Resumo/Abstract

No âmbito do seu Congresso Anual, a Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional (APDR) decidiu, em sessão especial, homenagear o Professor António Simões Lopes (1934 - 2012) distinto cientista regional seu fundador e primeiro Presidente. Neste texto, com base em alguns dos seus trabalhos publicados, evocamos a figura do professor e investigador comprometido com a sociedade centrado sempre a sua análise no Homem e no espaço em que se insere.

Palavras-chave: Políticas de desenvolvimento regional; a ciência regional em Portugal; Portugal.

Códigos JEL: R10; R11

Integrated in its Annual Congress, the Portuguese Association for Regional Development (APDR) has determined, in a special session, to honour Professor António Simões Lopes (1934-2012), distinguished regional scientist, its founder and its first president. In this text, using some of his published papers, we remember the professor and researcher compromised with the society always focusing his analysis on mankind and the living space.

Keywords: Regional development policies; regional science in Portugal; Portugal.

JEL Codes: R10; R11.

1. INTRODUÇÃO

É consensual entre os académicos e profissionais da Ciência Regional o papel que António Simões Lopes teve no ensino e investigação na área científica da Ciência Regional e no desenvolvimento de um acrescido interesse por esta área científica em Portugal. António Simões Lopes inclui-se entre um conjunto restrito de pioneiros da Ciência Regional em Portugal, a par de outros distintos professores como Almeida Garrett, António Costa Lobo, Jorge Gaspar, Ribeiro Teles, Valente de Oliveira. Pertencendo a uma segunda geração de académicos da Ciência Regional, não tive o privilégio de ser aluno de nenhuma destas personalidades, embora o meu interesse pela Economia Regional e Urbana tenha sido influenciado pelas suas obras e aprofundado pelo contacto que tive com o Professor Vale e Vasconcelos, com quem ensinei a primeira unidade curricular de Economia Urbana criada nas licenciaturas de Economia em Portugal e que contribui decisivamente para que tenha feito o meu doutoramento em Economia nos EUA.

António Simões Lopes repartiu a sua atividade pela docência, pela investigação científica, pela gestão universitária e pela intervenção social, entre muitas das valências que lhe podemos associar. Não tendo sido seu discípulo, a minha carreira académica foi influenciada por si, porquanto pertenceu a diversos júris na minha progressão na carreira e me cruzei com o ilustre professor em muitas iniciativas científicas. Como praticamente todos os académicos portugueses da segunda geração na área da Economia Regional e Urbana, fui moldado pelos ensinamentos de António Simões Lopes, embora por formação académica e por percurso seguido, nem sempre comungasse do mesmo tipo de aproximação metodológica.

Tive o privilégio de contactar mais de perto com António Simões Lopes quando pertenci a uma comissão de avaliação das licenciaturas em Economia presidida por si, o que me permitiu observar o detalhe e o rigor com que preparava os relatórios de avaliação num pequeno número de horas e acima de tudo o seu trato afável. António Simões Lopes, para lá do cientista, era na aceção Pessoaana um homem “inteiro”, con-

sistente na sua ação com os princípios que defendia. Essa sua natureza está patente no papel decisivo que teve no nascimento e desenvolvimento de novos cursos e novas escolas em cidades fora das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e na consistência dos seus escritos em que no centro está sempre o Homem e o espaço onde está inserido.

Por esta razão, resolvi escrever este pequeno texto sobre a figura do cientista regional e humanista. Para o efeito, reli muitos dos seus textos críticos mais recentes divulgados em revistas e/ou na página da Ordem dos Economistas, de que foi primeiro Bastonário, tendo em vista fazer uma leitura, obviamente limitada pelo tempo disponível para esta minha intervenção e pelo conhecimento incompleto que terei da sua personalidade porque não fui um discípulo próximo como outros colegas de profissão.

2. UMA ANÁLISE DE TEXTOS DE REFLEXÃO CRÍTICA

A produção científica de António Simões Lopes reparte-se por um período extenso. Tendo em conta o seu grande envolvimento em tarefas de gestão, os trabalhos recentes são predominantemente de reflexão crítica. É sobre esses trabalhos que me debrucei, por duas razões: primeiro expressam de uma forma mais sistemática o pensamento de António Simões Lopes, como são dois bons exemplos os textos com os títulos “*Encruzilhadas do desenvolvimento: Falácias, dilemas e heresias*” (2006) e “*Globalização e Desenvolvimento Regional*” (2002). Segundo, são reflexões sobre problemas ainda atuais e por isso relevantes para o debate científico no presente.

Uma primeira questão que emerge quando nos debruçamos sobre as reflexões de António Simões é o da identificação da escola de pensamento económico em que se inseria. No seu texto “*Encruzilhadas do desenvolvimento: Falácias, dilemas e heresias*, 2006” diz Simões Lopes:

“*Aprendi eu, na minha iniciação à Economia, que não há fenómenos económicos, mas tão só aspetos económicos no fenómeno social, e que toda a pretensão de objetividade que leve a destacar os aspetos eco-*

nómicos da vida humana do seu contexto político e social distorce os problemas que tem de discutir em vez de os tornar mais claros (Robinson, 1970:3) ”

“Aprendi ainda, do mesmo modo que há a Economia da Produção, a Economia da Circulação, a Economia do Consumo, e também a Economia da Repartição, sendo nesta que os aspetos económicos surgem mais profunda e intrinsecamente associados a outros aspetos do fenómeno social”....

“...Foi perdendo atenções a Economia da Repartição, verdadeiro estabilizador social, a lembrar quanto é importante a partilha equilibrada do produto da atividade económica”...

“Era pela mão da Economia da Repartição, em suma, que nos habituávamos a fazer as primeiras abordagens do Desenvolvimento.” (Simões Lopes, 2006: 41-42)

Nas suas reflexões críticas António Simões Lopes referencia frequentemente autores Portugueses como Sedas Nunes, Manuela Silva, Mário Murteira em que a dimensão social e a importância da Economia da Distribuição estão sempre muito presentes. A nível internacional as referências são mais diversificadas mas não deixa de transparecer uma admiração particular entre outros pela obra de Amartia Sen, Joan Robinson, e Michael Todaro.

Ao optar por uma aproximação económica mais holística, António Simões Lopes convivia com alguma dificuldade com a tendência, hoje dominante, de desenvolvimento de modelos económicos assentes em pressupostos restritivos isolando os fenómenos económicos do social e separando as análises do ponto de vista da eficiência e da equidade e, acima de tudo, com a preocupação excessiva com o diagnóstico e a pouca atenção com a ação. Num texto intitulado *“Managing Regional Science After 2000”*(2001) António Simões Lopes escreve:

“Regional scientists have not the right of concentrating themselves on further sophistication of theoretical developments, and models, and methods, when problems are there to be urgently solved. New theoretical approaches bring, most of the time, only marginal benefits, as it happens with new sophisticated models which, in many instances, have too little if any use given the

existing data. I am used to say that we do not need to spend more time in studying the problems, in analysing them more deeply. The new possible model or method, even when adequate, brings usually only marginal benefit to the actual knowledge. We usually know the problems well enough. Let us concentrate on the solutions” (Simões Lopes, 2000:1-2).

No seu artigo *“Encruzilhadas do desenvolvimento: Falácias, dilemas e heresias”* (2006) António Simões Lopes reconhece o seu menor apreço pela quantificação, embora conceda que será quase inevitável não incorporar essa forte corrente:

“ Não sendo embora um entusiasta, muito menos um obstinado da quantificação, entendo que, se o Desenvolvimento é desconsiderado por ser difícil quantificá-lo, não há senão que passar a tentar a quantificação, para arredar desculpas e pretextos” (Simões Lopes, 2006: 44-45)

Ao valorizar a ação, ao conceder na necessidade de quantificação, António Simões Lopes estava fundamentalmente preocupado com os resultados e em particular com o Homem e o espaço onde se inseria. António Simões Lopes valorizava fortemente a Economia da Distribuição e essa valorização levava-o a contestar a dicotomia primeiro produzir e depois redistribuir, usualmente consagrada pelo corpo principal da Teoria Económica.

“Sendo certo que não pode distribuir-se o que não se produz, não menos certo é que o desenvolvimento impõe que se distribua (bem) o que já se produz não sendo legítimo adiar a procura do equilíbrio social, da harmonia, da justiça social, para quando se produza mais, isto é, para quando se for mais rico.

Neste sentido, o crescimento, a criação crescente de riqueza material, deve acontecer em função da distribuição territorial da população, porque o desenvolvimento deve chegar às pessoas não devendo contar-se apenas com as possibilidades de as pessoas se deslocarem à procura do desenvolvimento: aos socialmente mais frágeis escasseiam as capacidades de deslocação.” (Simões Lopes, Ordenamento do Território, 2002: 1)

Para António Simões Lopes o menosprezo pela Economia da Repartição seria uma determinante da excessiva preocupação dos decisores de políticas públicas com

o crescimento e o esquecimento do conceito de desenvolvimento económico. No seu texto *“Por onde anda a Economia da Repartição?”* (2005) diz:

“O menosprezo da economia da repartição e a concentração na economia da produção fazem deslocar o essencial das atenções do desenvolvimento para o crescimento, com a degradação do ambiente social a converter-se em instabilidade. O acentuar dos desequilíbrios leva a situações extremas em que as condições de vida das camadas afluentes, conscientes da sua ostentação e da correspondente insegurança que gera, conduzem a atitudes ditas de “prevenção” as mais radicais, que passam pelo gradeamento de recintos, de portas e de janelas, por muros de proteção (condomínios fechados), por agentes de segurança privados, pelo armamento.” (Simões Lopes, *Por Onde Anda a Economia de Repartição*, 2005: 2-3)

Ao longo da sua vida e em praticamente todos os seus textos António Simões Lopes foi um combatente para que os decisores políticos compreendessem a diferença entre crescimento e desenvolvimento económico. Nesse combate, António Simões Lopes coloca o Homem e o espaço onde se insere como destinatário último das políticas públicas o que, a par da consistência da sua prática, faz de António Simões Lopes um humanista por excelência. Diz António Simões Lopes, no seu texto *“Ordenamento do Território”* (2002):

“No campo dos princípios é fundamental, de uma vez por todas, que não se confunda desenvolvimento com crescimento. O desenvolvimento é fim, o crescimento é meio. Erro crasso, infelizmente muitas vezes cometido, é tomar o desenvolvimento por crescimento, o que equivale a confundir fins com meios. O crescimento será normalmente necessário ao desenvolvimento, mas não se identifica com ele. O crescimento estará fundamentalmente associado à criação de condições materiais de vida, designadamente as condições materiais que hão-de permitir satisfazer algumas das necessidades básicas; mas a distribuição, ou repartição, é ainda inerente ao conceito de desenvolvimento; como a autoestima e a liberdade” (Simões Lopes, 2002: 1).

Tendo desenvolvido trabalho pioneiro

em Portugal sobre as funções dos pequenos centros urbanos (1971), o ilustre professor nos seus textos de reflexão crítica sempre atribuiu uma grande relevância às questões de acessibilidade. No seu texto *“Globalização e Desenvolvimento”* (2002) refere:

“Tenho por isso vindo a propor, de longa data, que o desenvolvimento se traduza por acesso, por ser inquestionavelmente possível medir a acessibilidade, qualquer que seja a sua natureza: acessibilidade financeira, ou económica, para que no mínimo se pode dispor dos indicadores de rendimento; acessibilidade física, facilmente convertível em medidas de distância ou de tempo, por natureza quantificáveis. E com estes pressupostos tenho defendido que se exprima o desenvolvimento em termos de acesso das pessoas, onde estão, aos bens e serviços e às oportunidades que lhes permitam satisfazer as suas necessidades básicas. (Simões Lopes, 2002:18-19).

António Simões Lopes na sua visão humanista não poderia ignorar a equidade intergeracional e acima de tudo a sustentabilidade das políticas públicas. Escreveu o ilustre professor:

“Adicionalmente, o desenvolvimento tem de ser sustentável, sendo também a sustentabilidade inerente ao conceito. Não é desenvolvida a sociedade em que o bem-estar de hoje possa pôr em causa o bem-estar de amanhã; onde o património de recursos que sejam bens de capital, ou que se comportem como tal (pense-se nos recursos renováveis consumidos a ritmo superior ao da sua capacidade de renovação), seja utilizado pelas gerações de hoje em termos de comprometer oportunidades das gerações de amanhã. Se, como se disse antes, não pode considerar-se desenvolvida a sociedade em que o bem-estar de alguns é atingido à custa das privações dos outros, também não será desenvolvida a sociedade quando o bem-estar das gerações de hoje redundar em redução de oportunidades para as gerações futuras.” (Simões Lopes, 2002: 18)

Combatente tenaz pela adoção de verdadeiras políticas de desenvolvimento regional, António Simões Lopes dedicou uma atenção especial às políticas implementadas em Portugal tentando demonstrar que a

ausência de políticas regionais representava de facto uma opção implícita de política.

A globalização bem como o alargamento a leste da União Europeia teve, como é do conhecimento geral, um impacto significativo na nossa economia o que, a par das questões estruturais da economia Portuguesa e da adesão ao euro, nos conduziram à situação de crise severa que Portugal tem atravessado no tempo presente. Muito antes do início da crise, António Simões Lopes escreve reflexões que hoje continuam a ser ensinamentos úteis e que, a terem sido seguidas, por certo evitariam uma crise tão severa. Refletindo sobre as consequências da globalização, António Simões Lopes reconhece a oportunidade que gera para os povos de países pobres mas também reconhece a necessidade de maior regulação por parte dos poderes políticos e nessa regulação atribui um papel central à política regional. Diz Simões Lopes no seu artigo “Globalização e Desenvolvimento Regional” (2002):

“É neste contexto de uma clara e quase obsessiva entrega à globalização, com marginalização preocupante das mais que prováveis consequências à escala interna dos países e à escala internacional, pela negligência da ética e dos valores e pelo perder de vista das pessoas, que importará discutir a relevância das políticas de desenvolvimento regional. Por mim irei mais longe, e sustentarei a tese de que hoje, mais do que nunca, o Desenvolvimento Regional é indispensável, ao menos como elemento crítico dos efeitos da globalização desregulada e, mais do que isso, como um dos instrumentos reguladores da própria globalização. Temos de nos aproximar o mais possível das pessoas, assumindo como objetivo, no quadro dos valores humanos, o Desenvolvimento Local, ou o Desenvolvimento Regional, orientando a globalização para o aproveitamento dos recursos endógenos; para ter presentes as pessoas. E é necessário fazê-lo sobretudo enquanto a maioria, conscientemente ou apenas passivamente, aceitar que a onda de globalização se propague pacificamente, sem freio e sem rédeas.” (Simões Lopes, 2002: 16)

Em 2004, muito antes da crise presente orçamental, embora o objetivo de controlo orçamental já estivesse na agenda política e na agenda dos *media*, António Simões

Lopes no seu texto “*Até Quando o Adiamento das Questões Estruturais?*” chama a atenção para os problemas estruturais da economia Portuguesa, que hoje reconhecemos ser uma das causas da presente crise:

“O orçamento, que é meio (instrumento) das finanças públicas, por sua vez instrumentais da Economia, vem merecendo honras de atenções quase exclusivas com justificação na necessária “consolidação orçamental”, para que afinal não se caminha. Deverá naturalmente lembrar-se que por esta via se comete o erro crasso de tomar os fins pelos meios. E da Economia não só se fala pouco como parece abdicar-se de tentar “conduzi-la”, porque só se fala de finanças e de orçamento, e porque não se aumenta o investimento na perspetiva frustrada de redução da despesa e consolidação orçamental. No entanto, a “consolidação” só acontece se, contida a despesa que deva ser contida, a Economia funcionar; a “consolidação” depende pesadamente das receitas. (Simões Lopes, Até Quando o Adiamento das Questões Estruturais? 2004: 1)

3. NOTA FINAL

António Simões Lopes foi, a par de outros ilustres professores portugueses, um defensor de grandes causas, muitas das vezes vistas como utópicas. Foi um lutador incansável pelas suas ideias e por isso mesmo, para lá da figura do cientista regional e do académico ilustre, emerge com grandeza o cidadão comprometido com o bem-estar do Homem no seu espaço. Em suma, António Simões Lopes ao longo da sua vida foi um verdadeiro humanista.

Ocasionalmente nos seus textos transpareceu alguma angústia pela luta por uma causa que poderia ser perdida. No seu texto “*Globalização e Desenvolvimento*” (2002), escreveu:

“O progressivo esvaziamento em recursos humanos das “áreas de drenagem” traz consigo redução significativa da força de pressão necessária para fazer valer os objetivos de desenvolvimento em base espacial; mesmo em ambiente democrático, e particularmente nele, porque é determinante a força do voto. Simultaneamente, as “bacias de receção”, de que as áreas metropolitanas são a forma dominante e a mais expressiva, reforçam o seu potencial

humano de todos os pontos de vista; e porque a “recepção” não foi preparada, aos problemas de subaproveitamento dos recursos e infraestruturas das áreas de emigração passam a somar-se os problemas de sob reutilização, também de recursos e infraestruturas das áreas de imigração, a traduzirem-se em congestionamentos e sobrecargas os mais diversos – na habitação, no ensino, na saúde, no tráfego, no abastecimento de serviços em geral. Só que, no estabelecimento de prioridades para a resolução dos problemas, porque os ciclos temporais da política são curtos, não se perseguem, se formulam, objetivos de longo prazo, ficando-se a política quando muito pelo médio prazo, que é em geral demasiado curto.” (Simões Lopes, 2002: 23)

Apesar deste seu temor, é minha convicção que os seus ensinamentos, a par da

visão de outros grandes mestres portugueses, farão o seu caminho. No âmbito da abertura do *World Forum Porto21* (Porto, 16 e 17 de Abril, 2013), o então Presidente da Câmara do Porto, Rui Rio reconhecia que a maioria dos políticos não percebeu atempadamente a diferença entre crescimento e desenvolvimento económico e que esse facto esteve na base de muitos erros cometidos a nível das opções políticas a nível local. Esse maior reconhecimento por parte de prestigiados decisores políticos enche-nos de esperança que a mudança da agenda política dando maior importância à sustentabilidade nas políticas públicas coloque o Desenvolvimento Regional no centro do debate. Por certo será a maior homenagem que se fará à obra de António Simões Lopes.

BIBLIOGRAFIA

Simões Lopes, A. (1971). *As Funções Económicas dos Pequenos Centros*, Fundação Gulbenkian, Lisboa.

Simões Lopes, A. (2001). “*Managing Regional Science After 2000: a Comment*”, acedido em www.ordemeconomistas.pt

Simões Lopes, A. (2002). “*Ordenamento do Território*”, Julho, acedido em www.ordemeconomistas.pt

Simões Lopes, A. (2002). “*Globalização e Desenvolvimento Regional*”, *Gestão e Desenvolvimento*, 11: 9-25.

Simões Lopes, A. (2004). “*Até Quando, o Adiamento das Questões Estruturais?*” Editorial do Caderno Economista 17, Novembro, acedido em www.ordemeconomistas.pt

Simões Lopes, A. (2005). “*Por Onde Anda a Economia da Repartição?*”, Março, acedido em www.ordemeconomistas.pt

Simões Lopes, A. (2006). “*Encruzilhadas do desenvolvimento: falácias, dilemas e heresias*”, *Revista Crítica das Ciências Sociais*, (75): 41-61.